



REUNIÃO AMPLIADA DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 17 de janeiro de 2024

REUNIÃO AMPLIADA DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 17/01/2024

PAUTA ÚNICA

1- CAMPANHA NACIONAL PARA UNIFICAR AS LUTAS SOCIAIS EM 2024, FACE ÀS **RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS** IMPOSTAS PELO ARCABOUÇO FISCAL, À PROPOSTA DE **REAJUSTE ZERO** APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023, E À **PRIORIDADE DOS GASTOS COM O SISTEMA DA DÍVIDA**.

Seqüência deliberativa:

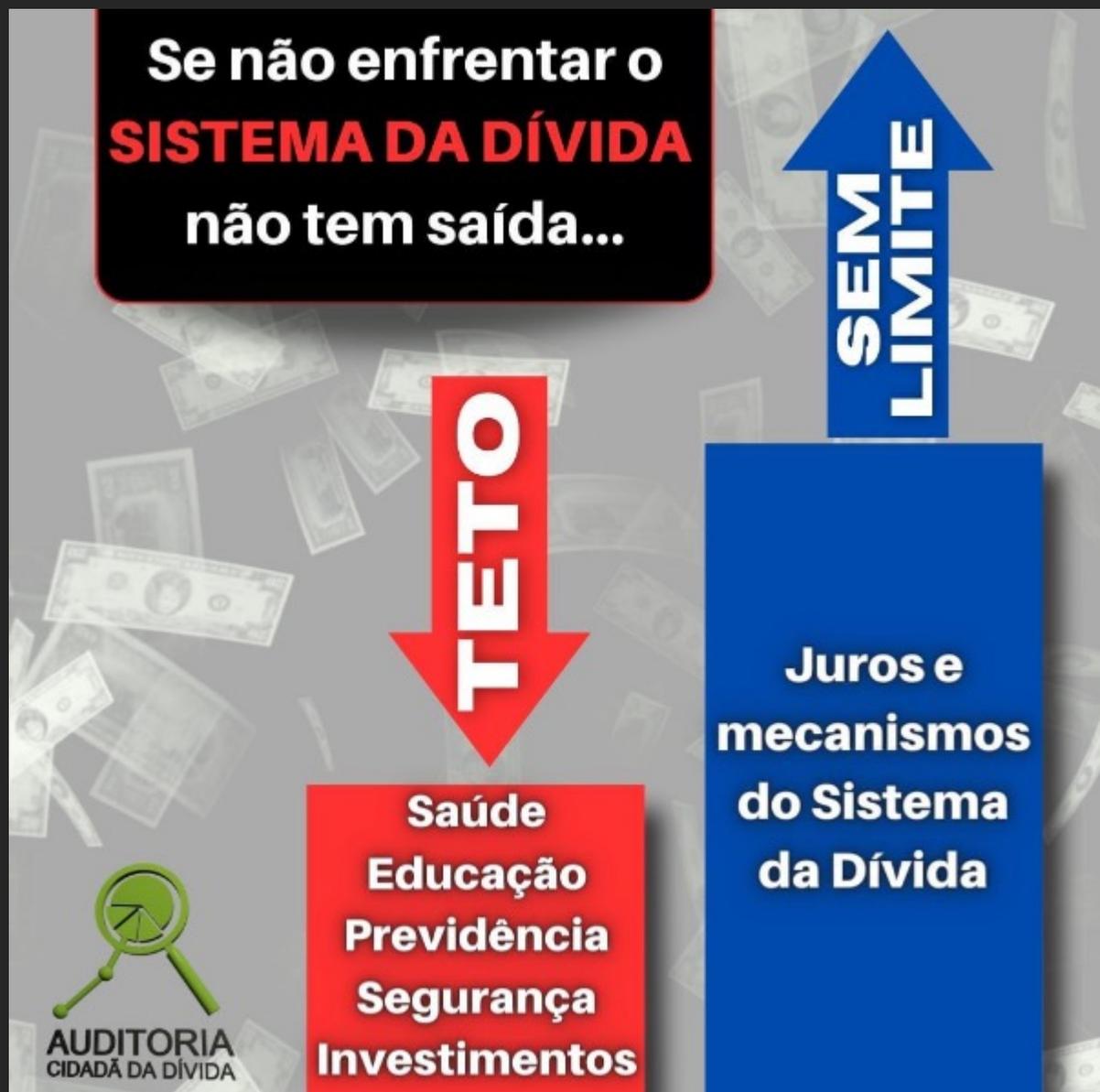
- **Breve análise da conjuntura** que leva à necessidade de unificarmos as lutas sociais em 2024, ressaltando a importância das mobilizações que já estão ocorrendo e demais iniciativas em curso, como a criação da Frente Parlamentar pelo limite dos juros e auditoria integral da dívida pública com participação social;
- **Apresentação de propostas** para a criação da Campanha Nacional Unificada por Direitos Sociais

Breve análise da conjuntura que leva à necessidade de unificarmos as lutas sociais em 2024:

- Restrições orçamentárias impostas pelo arcabouço fiscal
- Proposta feita pelo governo de reajuste zero para o funcionalismo público federal
- Prioridade dos gastos com o Sistema da Dívida

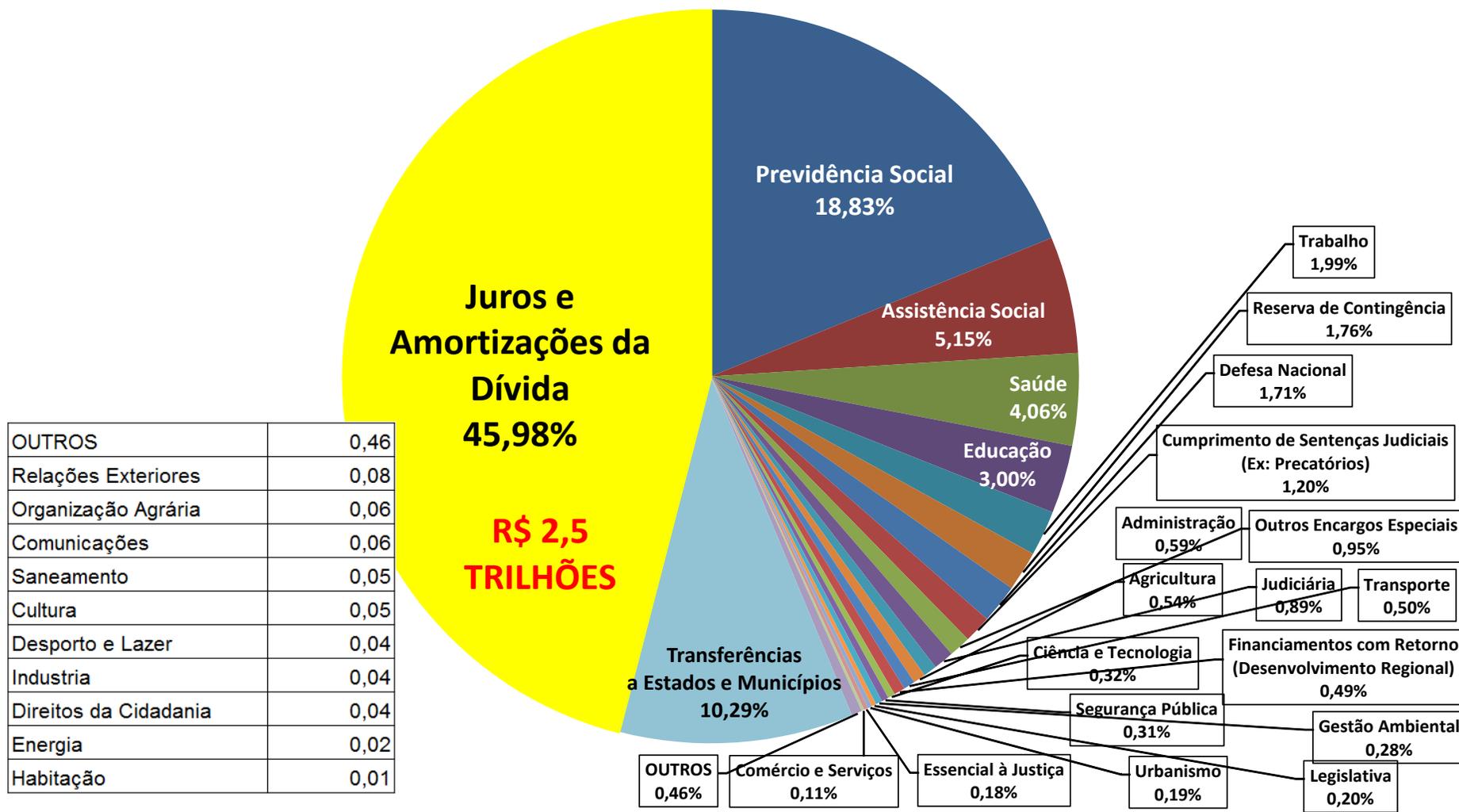
Lei Complementar 200/2023 ARCABOUÇO FISCAL

- Manteve o teto de gastos sociais para "*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*"
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de superávit primário



ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal previsto para 2024 - Parecer Final da CMO = R\$ 5,42 TRILHÕES



Fonte: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - LOA 2024 - Sistema de Consulta ao Autógrafo - Banco de Dados em Access .

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 16/1/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função “Encargos Especiais”, que foi desmembrada em “Juros e Amortizações da Dívida” (GNDs 2 e 6); “Transferências a Estados e Municípios” (Programa 0903), “Cumprimento de Sentenças Judiciais” (Programa 0901), “Financiamentos com Retorno” (Programa 0902) e “Outros Encargos Especiais” (restante da função).

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA ÁREAS ESSENCIAIS

AgênciaBrasil

Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

JORNAL DA USP

PORTAL DA USP FALE CONOSCO WHATSAPP ENVIE UMA PAUTA

ATUALIDADES CIÊNCIAS CULTURA DIVERSIDADE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL RÁDIO USP TEC

Início > Atualidades > SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

É o que defende o professor Paulo Capel Narvai em seu livro "SUS: uma reforma revolucionária", no qual informa sobre a importância do Sistema Único de Saúde para a população

Atualidades / Jornal da USP no Ar / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP - <https://jornal.usp.br/?p=506293>

07/04/2022 - Publicado há 2 anos Atualizado: 08/04/2022 as 13:28



uol

Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSIN

SAÚDE

Investimento em saúde pública cai 64% em 11 anos no Brasil, indica estudo

PUBLICIDADE

EDUCAÇÃO

Professores indicam falta de estrutura e de recursos em escolas públicas do país

Os dados são do Censo Escolar, do Ministério da Educação

Por Agências Publicado em 21 de maio de 2023 | 11h41 - Atualizado em 21 de maio de 2023 | 11h41



Especialistas apontam falta de recursos para a educação inclusiva

Número de crianças com deficiência que frequentam a educação infantil regular duplicou, de 2006 para 2022, segundo a Pnad

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA ÁREAS ESSENCIAIS

FOLHA DE S.PAULO



16.jan.2024 às 16h36

Paralisação de servidores ambientais reduziu autuações em 93%, diz associação

Categoria pede 'urgência' no atendimento da reivindicação de melhores condições de trabalho

ESTADÃO 

Ibama tem déficit de metade de especialistas em meio ambiente e categoria ameaça parar

Agentes de órgão que combate crimes ambientais na Amazônia e em mais biomas reclamam de má condição de trabalho e pedem reforço; governo Lula diz debater reestruturação das carreiras


Por Paula Ferreira
05/01/2024 | 17h16
Atualização: 05/01/2024 | 21h18



Entidades pedem a relator mais verbas para ciência no orçamento de 2024

Manifestação diz que valores destinados para pasta são inferiores aos deste ano, o que “vai na contramão de slogan” adotado pelo Planalto

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA SERVIDORES PÚBLICOS

uol Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSINE UOL

PESO	EURO	BITCOIN	BOVESPA	IPCA	S&P
+0,59%	+1,14%	+0,25%	+0,11%	+0,26%	+12,25%
R\$ 0,014	R\$ 5,347	R\$ 180.380,81	124.773,21 PTS	Set.2023	

ECONOMIA

São 7 anos sem reajuste para servidores, destaca Mercadante

ESTADÃO conteúdo
Brasília
06/12/2022 16h47

PUBLICIDADE

Brasil de Fato 20 anos
UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

ENGLISH ESPAÑOL

INÍCIO > GERAL

RECOMPOSIÇÃO

Desvalorizados desde 2016, servidores federais lutam por reajuste salarial

Reajuste ZERO

para **salários de servidores em 2024** enquanto trilhões são gastos com o sistema da dívida mostra a necessidade de: **LIMITE DOS JUROS e AUDITORIA JÁ**



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

PROPOSTA DE REAJUSTE ZERO APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023



Últimas notícias Brasil DF SP Blog do Noblat Guilherme Amado Igor Gadelha Rodrigo Rangel Mario Sabino Paulo Capp

Governo nega reajuste a servidor federal e oferece aumento em auxílios

Secretário destacou a falta de espaço orçamentário para reajuste na remuneração dos servidores para 2024, que era a demanda principal

Said
023 16:20, atualizado 18/12/2023 18:05

PÁGINA INICIAL >

NA ÚLTIMA REUNIÃO DA MNNP EM 2023, FENASPS PROTESTA CONTRA EXCLUSÃO DE APOSENTADOS DA M

SEGUNDA-FEIRA, 18/12/2023

NA ÚLTIMA REUNIÃO DA MNNP EM 2023, FENASPS PROTESTA CONTRA EXCLUSÃO DE APOSENTADOS DA NEGOCIAÇÃO DA PAUTA ECONÔMICA DE 2024



A FENASPS e demais entidades do **Fonasefe** participaram, nesta segunda-feira, 18 de dezembro, da sexta reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em 2023, espaço de interlocução entre as entidades sindicais que representam os Servidores Públicos Federais (SPFs) e o Governo Federal, por meio da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (SRT/MGI). A FENASPS foi representada pelo diretor Moacir Lopes (*foto em destaque abaixo*).



#anfipnacional

CÍO INSTITUCIONAL NOTÍCIAS PUBLICAÇÕES ASSISTENCIAIS FALE CONOSCO ÁREA RESTRITA

Início > Carreira

Carreira > Política de Classe e Salário

Proposta do governo frustra servidores na Mesa de Negociação

18 de dezembro de 2023



Ao vivo Política Economia Esportes Pop Viagem

Em última negociação com servidores, governo apresenta proposta sem aumento salarial para 2024

Proposta inclui reajuste apenas em benefícios, como vale-alimentação

PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO FEDERAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO EM 18/12/2023



Moacir Lopes representa a FENASPS na sexta e última reunião da MNNP em 2023 (fotos: Pedro Mesidor)

Na reunião, a última de 2023 – veja como foram as anteriores: **quinta**, **quarta**, **terceira**, **segunda** e **primeira** -, o Secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, informou que o Governo Lula possui dificuldades orçamentárias que não permitem avançar na recomposição salarial em 2024, ano em que haveria reajuste zero (como **antecipamos aqui**).

Para “compensar”, o Governo traçou uma proposta de reajuste apenas nos benefícios sociais, isto é, nos auxílios (alimentação, creche e saúde), sem qualquer correção inflacionária nos salários dos(as) SPFs. Segundo a proposta do Governo, a correção dos benefícios sociais ocorreria a partir de maio de 2024, nos seguintes valores:

- ✓ **Auxílio-alimentação:** de R\$ 658 para R\$ 1.000 (reajuste de 52%);
- ✓ **Auxílio pré-escolar (creche):** de R\$ 321,03 para R\$ 484,94 (reajuste de 51,06%);
- ✓ **Auxílio-saúde (suplementar):** de um valor médio de R\$ 144,00 para R\$ 215;
- ✓ **Total de reajuste nos três auxílios:** 51,06%.

- Reajuste salarial ZERO
- Benefícios de 3 auxílios que alcançam parte dos servidores ativos (auxílios alimentação, pré-escolar e saúde)
- Exclusão de Aposentados

MODELO ECONÔMICO CONCENTRADOR DE RENDA



Ao vivo

Política

Economia

Esportes

Pop

Viagem & Gas

Desigualdade: 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, diz relatório da Oxfam

Levantamento também aponta que os 50% mais pobres detêm apenas 2% do patrimônio do país



Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desigualdade-63-da-riqueza-do-brasil-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-diz-relatorio-da-oxfam/>

O problema não é falta de recursos, mas o privilégio do Sistema da Dívida e demais eixos que sustentam o modelo econômico concentrador de renda

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial¹ que acompanha o referido projeto: **"a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal" ... "Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ..."**.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024² estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.



Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-divida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/>

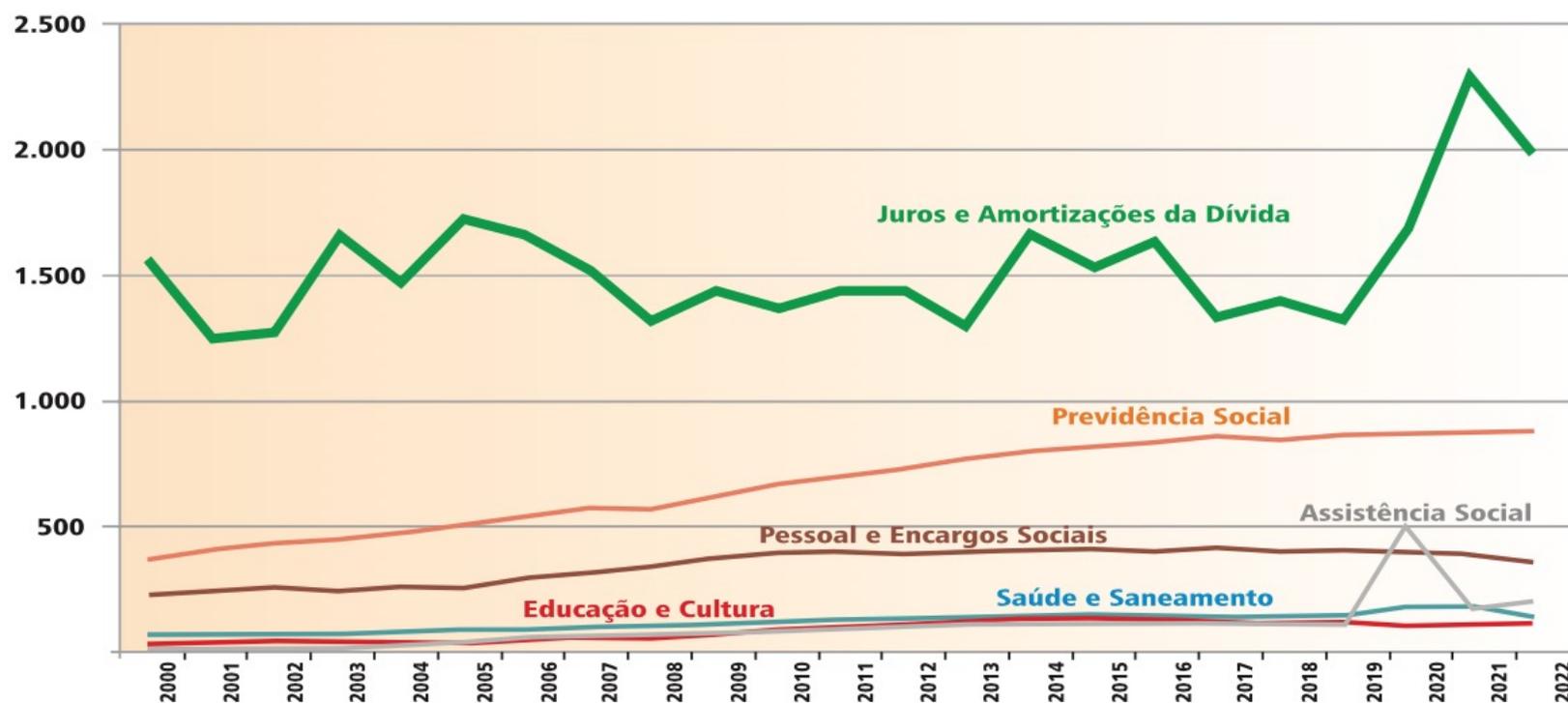
Centralidade do Sistema da Dívida

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, como a “Bolsa Banqueiro”, as altíssimas taxas de juros e outros
- Banco Central elevou a SELIC ao abusivo patamar de 13,75% a.a., mantendo-a aí por 1 ano
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS?

Governo Federal - Gastos Seleccionados de 2000 a 2022

Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



Fontes: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymouse=true&sheet=SH06
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106

Nota: A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

ABUNDÂNCIA NO GASTO COM JUROS



País volta a ter maior juro real do mundo mesmo com queda da Selic

Brasil ocupa a 1ª posição com taxa projetada de 6,90% para os próximos 12 meses, segundo dados da consultoria MoneYou



O Banco Central é responsável por definir a política monetária do Brasil

Houline Nascimento
6.nov.2023 (segunda-feira) - 6h30

Valor **investe**

Brasil continua com o juro real mais alto do mundo após Selic seguir em 13,75% ao ano



Brasil continua com os juros reais mais altos do mundo, mostra levantamento

Em fevereiro, taxa de juros brasileira, descontada a inflação, foi de 7,4%, a maior em um grupo de 40 países observados

O Brasil continua sendo o país com um os juros reais mais altos do mundo | CNN PRIME TIME



e | investidor

ASSINE NOSSA NEWSLE

COMPORTAMENTO

Brasil é o país com a maior taxa de juro real do mundo. Veja o ranking

Estudo inclui 156 países e considera a taxa de juros descontada da inflação esperada para os próximos 12 meses

BEATRIZ ROCHA
beatriz.conceicao@estado.com

08/12/2022, 9:05 (atualizada: 08/12/2022, 10:51)



BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

Falsa desculpa de "combater inflação"

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

R\$ 44,8 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,4	-0,07	9,1	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	44,8	0,43	41,4	0,40
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,9	0,17	17,7	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB depende do caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**



Felipe Coutinho

Engenheiro químico e vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)

Direção da Petrobrás mantém preço do diesel acima do PPI, apesar da redução do preço

Somente a Petrobrás consegue suprir o mercado doméstico de derivados com preços abaixo do paritário de importação e, ainda assim, obter resultados compatíveis com a indústria internacional e sustentar elevados investimentos

Publicado em 27/12/2023

Compartilhe:



https://aepet.org.br/artigo/direcao-da-petrobras-mantem-preco-do-diesel-acima-do-ppi-apesar-da-reducao-do-preco/?gclid=CjwKCAiAzJOtBhALEiwAtwj8tpomPiNKgYXAYtdXHbgiPPi3TwWtEsBq6KSDVoMXZwbL4AeUyx_Y5xoCo9QQAxD_BwE

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país

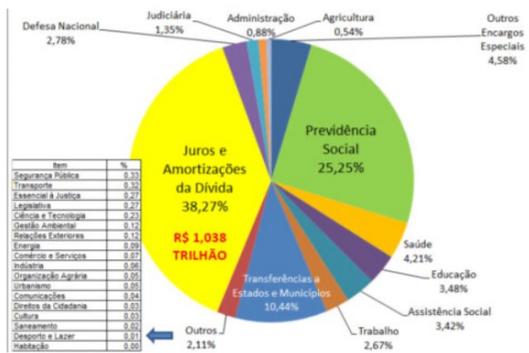
<https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que tem servido?



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

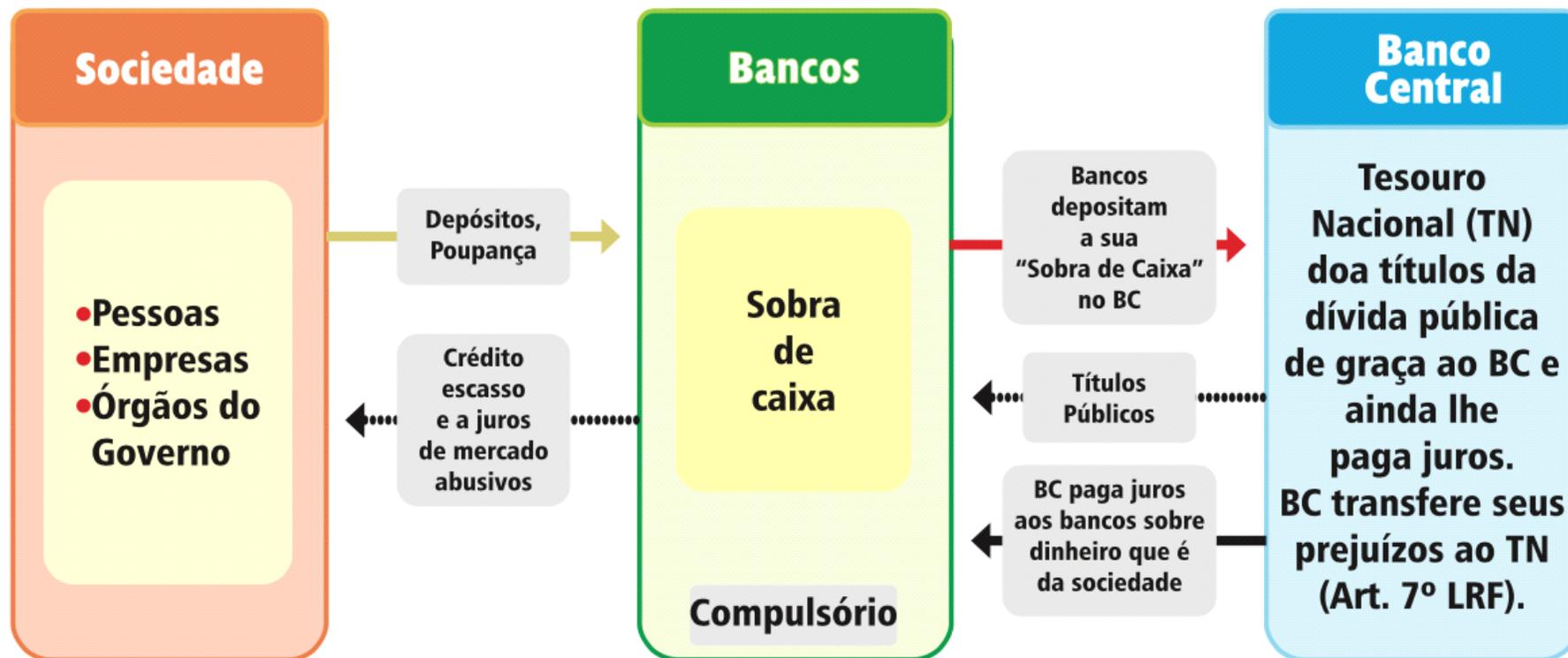


Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

**EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL**



- Em 2022, o Banco Central pagou **mais de R\$ 180 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419>)

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2022.

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do “déficit” financiado por endividamento



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

2014 a 2022

Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos sociais = R\$ 2,33 Trilhões

Gastos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública = R\$ 1,19 Trilhão

RESULTADO = No final das contas, a Dívida Pública RETIROU R\$ 1,14 Trilhão das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para **investimentos sociais e estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

O QUE FAZER?

- **LIMITE DOS JUROS EM LEI**
- **AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL**
 - **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA**

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

SUGESTÕES

- Conteúdo
- Formato

DEFINIÇÕES

- Prazos
- Participação e ampliação da participação
- Financiamento

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO